

F
338.17361

M527

NPA

EX.2

ON DE MELLO
(ador da República)

NOVA POLÍTICA DO AÇÚCAR

Brasília — DF
1971

ARNON DE MELLO
(Senador da República)

**NOVA POLÍTICA
DO AÇÚCAR**

Brasília — DF
1971

Senhor Presidente (*)

Há precisamente um ano ocupei esta tribuna para dirigir apêlo ao Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool no sentido de assegurar ao Nordeste o direito de manter os limites que lhe foram destinados nos termos da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, reguladora da produção nacional de açúcar. Como alguns Estados da Região não haviam atingido as cotas fixadas para 1970 pelo IAA, defendia eu que tais sobras, em vez de redistribuídas a Estados do Centro-Sul já contemplados com maiores cotas — que era o que então se pleiteava —, fôsse alocadas aos Estados nordestinos em condições de produzir mais, de modo a que se mantivesse a mesma proporcionalidade de produção estabelecida para o Centro-Sul e o Nordeste, ou seja, 64,24% e 35,76%, respectivamente.

Os argumentos que, em nome de Alagoas, aqui então expendi sensibilizaram os dirigentes da política nacional do açúcar, e Alagoas pôde êste ano ultrapassar a sua cota, em vez de, vítima de um limite de produção muito reduzido, fixado em conformidade com a lei injusta, ser forçada a paralisar suas usinas, como ocorreu em abril do ano passado, quando ainda havia nos campos, por moer, duzentas mil toneladas de cana, com que teríamos produzido mais trezentos mil sacos de açúcar.

AGRADECIMENTOS

Neste ensejo, Senhores Senadores, cumpre-me exprimir, em nome de Alagoas e do Nordeste, de que meu Estado é parte, o nosso agradecimento ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, General Álvaro Tavares Carmo, que, num trabalho silencioso e eficiente, com honestidade sem limites, corrigiu, através de uma série de resoluções, e sem protesto de ninguém, mercê de sua autoridade moral, tôdas as deformações de origem do Plano de Safra de 1970/71, lesivas aos interesses da Região. Contra tais deformações clamei eu desta tribuna, e, ao fazê-lo, exprimi a nossa confiança no eminente Presidente do IAA, de quem poucos dias após recebi carta bem comprovadora do acêrto da sua convocação para dirigir setor de tão grande importância da economia nacional.

(*) Discurso proferido no Senado Federal, Brasília, em Sessão de 15 de abril de 1971

Se àquele tempo, pelo conhecimento que eu tinha dos méritos do ilustre General Tavares Carmo, manifestei-lhe a confiança dos alagoanos, hoje é com entusiasmo cívico e por dever de consciência que lhe reafirmo o nosso aprêço, ao lado do nosso reconhecimento de alagoanos e brasileiros.

O Sr. Paulo Guerra — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Paulo Guerra.

O Sr. Paulo Guerra — V. Exa. poderia acrescentar: a confiança de todos os produtores de açúcar do Nordeste.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Exa.

TERRÍVEL INJUSTIÇA

Fomos, os alagoanos, em 1970, vítimas realmente de terrível injustiça — qual a de têmos de deixar nos campos, sem moer, 200.000 toneladas de cana, com o que se eliminaram insubstituíveis oportunidades de trabalho numa região de desemprego e subemprego, e se impediu a produção de riqueza numa área tão despojada de tudo. Continuará este ano dita iniquidade — praticada sem mesmo a justificativa do argumento de defesa do mercado contra a superprodução, porque a produção autorizada pelo IAA para 1970 não havia sido alcançada —, continuará este ano dita iniquidade se não fôsse o Presidente do IAA, homem honrado e sério, que contou sempre, aliás, para sua ação esclarecida, lastreada pelo patriotismo e espírito de justiça, com o apoio dos dignos membros do Conselho Monetário Nacional. Verificando que não se confirmavam dados em que se baseou o Plano de Safra, o Presidente Tavares Carmo, consciente de sua grave responsabilidade, não hesitou em tomar as decisões indicadas pela realidade. Alagoas tinha, então, um limite oficial de 7.679.718 sacos, mas poderia produzir este ano, não fôsse a seca, até 12 milhões de sacos.

A VERDADE

Estávamos com a verdade, e por nós falaram os números. O limite oficial de produção para o Norte-Nordeste é de 35.264.033 sacos, assim distribuídos:

Pernambuco (42 usinas)	18.022.916
Alagoas (27 usinas)	7.679.718
Demais Estados (30 usinas)	8.561.499
	<hr/>
	35.264.033

No entanto, a produção da Região Norte-Nordeste, na safra de 1970/71, que já está quase no fim, deve atingir, em números redondos, este total:

Pernambuco	16.000.000
Alagoas	9.800.000
Outros Estados	3.000.000
	<hr/>
	28.800.000

Alagoas produziu, assim, mais de 2.100.000 sacos além do limite fixado de acordo com a Lei nº 4.870. Em ano de seca, como foi o passado, a quantas frentes de trabalho correspondeu esse aumento de produção? Ressalte-se que a calamidade atingiu o sertão e também a zona da mata, mas durante todo ano aí encontraram trabalho os sertanejos, tanto como os trabalhadores da região.

MUITO OBRIGADO

É sempre sobremaneira agradável podermos dizer muito obrigado, e ainda mais agradável quando dizemos muito obrigado em nome de uma coletividade: dos trabalhadores alagoanos, que tiveram oportunidade de trabalho em época de longa estiagem, e dos industriais alagoanos, que tiveram ensejo de conduzir seus negócios em plena seca dentro de um clima de normalidade. Muito obrigado ao Presidente Tavares Carmo.

Vencida a crise implícita que se continha no Plano de Safra de 70/71, agora podemos, os nordestinos, pensar em perspectivas.

PROJETO DO GOVÊRNO

Felizmente, Senhores Senadores, chegamos a 1971, ano fixado pelo art. 70 da Lei nº 4.870 para a revisão dos limites de produção do açúcar. E já ontem, em cumprimento desse dispositivo, o Senhor Presidente da República encaminhou mensagem ao Congresso Nacional acompanhada do respectivo projeto de lei.

Congratulo-me calorosamente com o Governo Revolucionário pelas medidas que nos propõe. Ninguém mais do que eu com elas se rejubila, tanto consagram proposições de Alagoas que por várias vezes defendi desta tribuna, defendendo ao mesmo tempo interesses nordestinos e nacionais. As cotas de produção não serão mais estaduais e sim regionais — tal qual pleiteávamos no ano passado —, não podendo mais, assim, um Estado reivindicar o saldo da cota não realizada de Estado integrante de contingente regional diverso. Bem justifica a medi-

da, em sua exposição de motivos, o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, economista que não se distancia do sentido humano e político das soluções, e cuja juventude amadureceu na aguda percepção dos problemas coletivos:

APARTES

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quando no ano passado V. Exa. abordou o problema da agroindústria do açúcar, com o brilhantismo que lhe é peculiar, tive oportunidade de interromper o seu discurso, como agora peço permissão para novamente fazê-lo. Acho que a política açucareira nacional ainda precisa ser devidamente esquematizada. O contingentamento da produção tem atendido aos interesses dêste ou daquele Estado, mas também tem prejudicado, muito, êste ou aquêle Estado. Quando V. Exa. falava, havia uma situação, bem me recordo, anômala. Alagoas tinha condições de produzir muito mais do que a cota preestabelecida, e muita cana iria ficar sem o devido aproveitamento. Foi o que levou V. Exa. à tribuna, se eu não estou equivocado, não é isto mesmo?

O SR. ARNON DE MELLO — É verdade.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Exa. apelou ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool e, neste passo, faço questão de exaltar a sua administração. Vou até citar um fato. Quando S. Exa. foi convidado, não quis receber o encargo, alegando que, sendo militar, nunca tinha lidado com os problemas econômicos do açúcar e do álcool anídrico, e o Presidente da República contra-argumentou que também não queria ser Presidente da República e o era. Tudo isto representa um trabalho de estudos, de equipe, em que aquêle que dirige fica com o assessoramento devido e, desde que tenha bom senso, que é o traço principal da administração, pode realizar boa política. Nobre Senador, não me quero alongar no aparte, principalmente agora que o Regimento é drástico, pois determina que o Senador não pode apartear por mais de dois minutos. Não acredito, aliás, que isto tenha êxito. Quem fêz o Regimento o fêz aleatoriamente; não conhece a realidade política do Parlamento. Mas vou procurar cumpri-lo, pois o tenho estudado, na medida de minhas possibilidades. Continuando, quero dizer que tudo isto representa arma de dois gumes, talvez para Alagoas também. Para o meu Estado representa e vai representar. Uma produção de 11 milhões de sacas dificilmente poderá ser atingida, pelos

fatôres climáticos e, também, pelo desinterêsse da indústria açucareira. Não sei se V. Exa. tem conhecimento de que um saco de farinha de mandioca tem preço mais elevado do que um saco de açúcar; um saco de feijão é mais caro, um saco de arroz é mais caro. V. Exa., estudioso que é, sabe que a produção do açúcar é cíclica: durante seis meses se mói, durante seis meses se planta. Com a sinceridade que me caracteriza direi que vou votar o projeto, como integrante da ARENA, de acôrdo com o Govêrno, que deve ter razões mais fortes para remetê-lo à apreciação do Senado, mas tenho a impressão de que, no meu Estado, o sacrifício será grande, e haverá, na Região Sul, um grande beneficiário: o Estado de São Paulo — porque possui capacidade de infra-estrutura industrial só semelhante à dos grandes países produtores de açúcar, como Java, Cuba etc. Os outros ainda estão numa fase de modernização do seu equipamento. Não quero ser cassandra, mas diria mesmo que o Estado de V. Exa. virá a enfrentar, talvez, difícil situação quando as centrais pernambucanas, com maior capacidade de esmagamento, absorverem êsse **deficit** de produção. É apenas um alerta, no instante em que V. Exa. focaliza êste assunto, com a proficiência que lhe é peculiar, com o cuidado sempre presente no exame que faz. V. Exa., permita-me que eu diga, é um estudioso incansável; não faz um discurso que não esteja baseado em levantamentos, em dados, e se preocupa em trazer ao Senado a sua contribuição valiosa. Entretanto, gostaria de, justamente, dar êste alerta, para que, amanhã, sua exaltação não se venha a transformar numa lamentação. Entendo — e aqui apelo ao General Tavares Carmo e ao jovem e talentoso Ministro Pratini de Moraes — que a problemática açucareira deve ser devidamente estudada, porque, no meu modo de ver, até agora não o foi e não o será desta vez.

RIO DE JANEIRO

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, Sr. Senador Vasconcelos Torres, por sua intervenção. Tenho tido a fortuna de, sempre que V. Exa. me honra com apartes, logo verificar V. Exa., pelo desdobramento do meu discurso, que estamos de acôrdo.

Desejo apenas lembrar que o seu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a famigerada Lei nº 4.870 — que sacrificou Alagoas —, tem um limite de produção de 9.536.198 sacos, que ainda não foi atingido. O limite de produção de Alagoas, de 7.679.618 sacos, foi, êste ano, ultrapassado em mais de 2.100.000 sacos. Então, o Estado do Rio de Janeiro está mais beneficiado do que o Estado de Alagoas, cujo crescimento a mesma lei impedia.

O Sr. Vasconcelos Torres — É um problema de São Pedro, como V. Exa. sabe: é um problema de água.

O SR. ARNON DE MELLO — Também sofremos êste ano, e duramente, muito mais que o Estado do Rio, os efeitos da sêca, que, para nós, foi, em certas áreas, catastrófica, e, no entanto, superamos em mais de 2.100.000 sacos o nosso limite de produção.

PERNAMBUCO

O Sr. Paulo Guerra — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, Sr. Senador.

O Sr. Paulo Guerra — Quero dizer a V. Exa. que o nobre Senador Vasconcelos Torres laborou em um equívoco: a presença de V. Exa. na tribuna, hoje, demonstra que Alagoas será o Estado mais beneficiado da região nordestina com a orientação adotada ontem pelo Govêrno Federal, através da reformulação das cotas, que se transformarão em regionais. Alagoas vem crescendo e tem sido privilegiada pela assistência do Instituto do Açúcar e do Alcool. Além disso, deve-se levar em consideração que suas terras, mais apropriadas, são praticamente virgens, em comparação com as de Pernambuco, onde os canaviais são cultivados há 400 anos. Estou muito temeroso da finalidade das conclusões benéficas para meu Estado, das boas intenções da mensagem enviada a esta Casa pelo Govêrno da República, no sentido da reformulação do contingenciamento regional.

O SR. ARNON DE MELLO — Eu pediria a V. Exa. que ouvisse até o fim o meu discurso, e concluirá que não procedem as suas dúvidas. O Govêrno Revolucionário, ao decidir reformular a política açucareira no Brasil, teve em vista, sobretudo, a produtividade. Não quero antecipar o que direi mais adiante.

O Sr. Vasconcelos Torres — Então não estou equivocado, estou certo.

PALAVRAS DO MINISTRO

O SR. ARNON DE MELLO — Leio agora Sr. Presidente — como ia fazendo quando os nobres colegas me apartearam —, palavras do Ministro da Indústria e do Comércio sôbre o problema dos limites de produção, constantes de sua exposição de motivos que acompanha o Projeto e da qual ontem à noite tomamos conhecimento no Congresso Nacional:

“A sistemática prevista na legislação em vigor estabelece limites estaduais rígidos, resultando na impossibilidade de serem atribuídas cotas superiores a outros Estados, cuja disponibilidade de matéria-prima

permite maior produção, a níveis compatíveis de eficiência. É indispensável a manutenção do limite global da produção, porém o seu contingenciamento, que objetiva o equilíbrio do mercado, tendo em vista a demanda interna, as possibilidades de exportação e manutenção de estoques reguladores, não deve constituir óbice ao aproveitamento racional das potencialidades de produção.”

Nos limites de produção estabelecidos de acôrdo com a Lei nº 4.870, o Amazonas, por exemplo, aparece com 100 mil sacos, e o Pará com 54.526 sacos, e até agora nenhuma usina se implantou naquela região. Pelo projeto, o Governo vai fazer uma revisão das cotas, para alocá-las a quem possa produzir, seja no Norte, Nordeste ou Centro-Sul, mas dentro da proporcionalidade já fixada para as duas regiões: 35,76% e 64,24% respectivamente.

OUTRAS CORREÇÕES

Corrige também o projeto governamental a Lei nº 4.870, na rigidez do seu artigo 70, que estabeleceu limites de produção para cinco anos, como se fôsse possível fazer previsões com tal antecedência, num País em processo de desenvolvimento. Veja-se, por exemplo, o caso da Bahia — terra do meu nobre Líder Ruy Santos — que, em 1959/60, produziu 1.223.014 sacos de açúcar e em 1968/69 não chegou a produzir 500.000, senão 489.870, e em 1969/70, 607.805 sacos. O projeto dá ainda ao Ministro da Indústria e do Comércio poder de aumentar, “tendo em vista as necessidades do consumo interno e de exportação”, o limite oficial de produção do País, que agora é fixado em cem milhões de sacos. O projeto elimina sobretudo o que eu chamaria de bloqueio do desenvolvimento da agricultura canavieira quando estabelece as revisões das cotas por triênio. A êsse respeito, esclarece o Ministro Pratini de Moraes:

“Verifica-se, atualmente, que usinas situadas em várias Unidades da Federação ficam impedidas de moer canas disponíveis, enquanto outras localizadas em áreas diferentes mantêm suas produções em volumes inferiores às suas respectivas cotas oficiais, originando distorções que devem ser corrigidas.”

NADA MAIS JUSTO

Nada mais justo, Senhor Presidente. Não é possível manter estruturas cristalizadas quando se quer estimular a produtivi-

dade. Há cotas concedidas e não realizadas até há quinze anos, ou realizadas em termos antieconômicos, enquanto usinas, que dispõem de excelentes condições de produtividade, deixam canas nos campos por falta de cotas. O projeto torna o sistema mais flexível, objetivando o incentivo e o fortalecimento, através da justa alocação das cotas, da modernização da agricultura e da indústria açucareira.

Injusto será que sobrevivam reservas de direitos impeditivas do progresso especialmente numa hora em que se impõe a abertura de novas perspectivas para acelerar a transformação econômica e social.

PRAZO DO PLANO DE SAFRA

O projeto estende também para 31 de maio o prazo de aprovação do Plano de Safra, que antes era a 30 de abril; excelente este prazo para o Centro-Sul, cuja moagem começa em junho, mas não para o Nordeste, que a inicia em setembro. Além de permitir melhor previsão da safra nordestina, a providência elimina a dificuldade de com cinco meses de antecedência fixar preços em época inflacionária, assim como os riscos daí decorrentes para o produtor.

Aliás, o ideal para o Nordeste seria que se estabelecessem os preços às vésperas do início da moagem para reduzir o período de tempo entre a fixação deles e a fabricação do açúcar. Se cada ano a data fôsse se estendendo de um mês, digamos até setembro, quando se inicia a moagem no Nordeste, teríamos em cinco anos regularizada a situação.

DEBATE

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer.

O Sr. Paulo Guerra — Como Senador da ARENA, irei aprovar aqui a proposição do Governo, embora não com esse mesmo sentimento de euforia e de esperança de V. Exa. Só entenderia certa a orientação, se o Governo fizesse uma reformulação geral na política açucareira do País, em vez de enviar uma mensagem tão-somente com sentido de reformulação de cotas, tirando-as do setor estadual para o setor regional, beneficiando, portanto, aqueles Estados que estão mais privilegiados no momento, sem estudar o processo histórico, como é o caso de Pernambuco, que vem sofrendo por questões sócio-econômicas que precisam ser resolvidas para que o povo possa participar do desenvolvimento a que V. Exa. se refere neste instante.

O SR. ARNON DE MELLO — Não desejo antecipar as minhas conclusões, mas assinalo que o limite de produção de Pernambuco, estabelecido de acôrdo com a Lei de 1965, é de 18 milhões de sacos. Pernambuco produziu em 1968/69 12.693.518 sacos; em 1969/70, 15.957.553, e êste ano cêrca de 16.000.000. Ainda não alcançou o limite fixado pelo Instituto, nos têrmos da Lei nº 4.870.

O Sr. Paulo Guerra — Pelos motivos que expus a V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte? **(Assentimento do orador.)** Aí é que entra o teorismo do contingentamento. . .

O SR. ARNON DE MELLO — Vou abordar êste assunto mais adiante, e gostaria de ouvir V. Exa. no momento em que referisse o contingenciamento.

O Sr. Vasconcelos Torres — Falei contingentamento e está rigorosamente certo.

O SR. ARNON DE MELLO — Perfeito, estamos ambos certos.

O Sr. Vasconcelos Torres — Contingentamento, é linguagem burocrática usada no Instituto do Açúcar e do Alcool. Faço questão de dizer que a palavra é rigorosamente certa. Quando o eminente Senador Paulo Guerra aparteou V. Exa. — e tenho a impressão de que no final vamos estar de acôrdo — V. Exa. pediu para S. Exa. esperar. Agora aparteio o meu colega e amigo — e não me canso de proclamar a admiração que lhe tenho —, e V. Exa. diz também que eu espere. Mas, se eu pudesse avançar, com a permissão de V. Exa., diria que o Instituto do Açúcar e do Alcool tem características de um superministério. Não é um ministério mas age como se o fôsse. É subordinado ao Titular da Indústria e do Comércio mas tem tal autonomia que, mediante o seu órgão deliberativo, que é a Comissão Executiva, faz o Plano de Safra, elaborado por economistas que merecem sempre todo nosso respeito, com base em índices pluviométricos, implementações industriais etc. Gostaria de adiantar que — e nesse debate V. Exa. é campeoníssimo (estou falando para elogiar) — levantei uma tese de que o Instituto do Açúcar e do Alcool fôsse transformado em Banco do Açúcar, porque talvez assim não houvesse essa injustiça regional. Sabe V. Exa. que existe uma queixa no Sul — não quer dizer que a endosse — que é a seguinte: o custo de produção do Nordeste é muito caro, e o Sul tem que pagar taxas para atender às diferenças de custo do Nordeste. O assunto poderia ser resolvido mediante um banco regulador. Eu lancei esta idéia. O Esta-

do do Rio, particularmente o Município de Campos, atravessou crises terríveis, porque os produtores de São Paulo vendiam açúcar dentro de Campos por preço abaixo da tabela. Veja V. Exa. como isso é esdrúxulo, anômalo, inconseqüente, e não há razão para que o serviço que regula a política açucareira ainda não tenha um levantamento completo, e não tenha chegado a uma conclusão para que não se verifique o desajustamento que, neste momento, está trazendo V. Exa. à tribuna. Hoje, Sergipe é a capital do petróleo; o Estado do Rio tem implantação industrial muito boa, São Paulo é um país dentro de outro País. Se se püdesse dar ao Nordeste uma compensação, mas sem sacrifícios para as outras indústrias congêneres do Sul, haveria uma situação de equilíbrio com uma política açucareira realista, realizada através de um banco, que seria o Banco Nacional do Açúcar.

SÓ BENEFÍCIOS

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Exa. pelo seu aparte, que incorporo com alegria ao meu discurso.

Srs. Senadores, vemos que o projeto integra medidas que só benefícios trarão à agroindústria açucareira, extraordinária fonte de mão-de-obra para o nosso País, falta de empregos, e também boa fonte de divisas, pois o açúcar já alcança hoje o quarto lugar na nossa pauta de exportação, se excluirmos dela o café como **hors concours**. No projeto se conciliaram os interesses da Nação e os interesses dos produtores, os pontos de vista dos técnicos e as sugestões de homens públicos unidos do mandato popular, numa honesta colaboração do Poder Legislativo com o Executivo em favor do bem comum. Oportuno, nesta hora, é fixar tal aspecto, prestigioso para a vida política brasileira, pois, tratando-se de assunto que envolve tão grandes interesses para a Nação e as classes econômicas, só do interesse público se cuidou. Os argumentos e as teses que defendemos, os números e dados que apresentamos, os fatos que indicamos nunca se distanciaram da verdade, antes sempre se basearam nela, e jamais se atritaram mas, ao contrário, visaram especialmente ao bem-estar coletivo. Na prática de atos para os quais acolha, pleiteie ou conte com a colaboração parlamentar, o Governo prestigia, por certo, o Parlamento, como prestigia o regime democrático, e prestigia sobretudo a si próprio, no seu empenho de manter-se integrado na comunidade, de onde emana, afinal, a fonte do Poder Público. Estimo relembrar a resposta do Presidente Abrahão Lincoln a um amigo que o aconselhara, durante a guerra civil americana, a não

receber tanta gente — pois dedicava três quartos do seu tempo a conferências e audiências e podia comprometer a saúde. “Empenho-me em receber quantos me procurem — disse Lincoln — porque, ao ouvi-los, como que tomo banhos de opinião pública.”

Somos, os parlamentares, opinião pública, tanto foi do povo, em urnas secretas, que recebemos os sufrágios que nos elevaram até aqui. E, fiéis aos princípios que motivaram a Revolução de 1964, quando o Brasil fez a opção do seu destino, timbramos em dar ao Governo a colaboração requerida pelos supremos interesses nacionais.

NORDESTE

Sr. Presidente, o projeto ontem encaminhado à nossa apreciação dispõe sobre a produção açucareira, que regula, mas todos sabemos que o Governo estuda no momento a reformulação da política desse importante setor da economia nacional, de modo a que êle, que envolve tão profundamente agricultura e indústria ao mesmo tempo da região mais rica e da região mais pobre do Brasil, possa absorver os benefícios dos novos tempos e se integre num programa de desenvolvimento, do qual a produtividade seja o objetivo fundamental.

Representante de Alagoas, que tanto me honro de haver governado há vinte anos, estou hoje aqui falando de novo em nome da minha terra, mas acredito que falo também em nome dos demais Estados do Nordeste produtores de açúcar e do próprio povo nordestino ao defender determinadas posições relacionadas com o problema, as quais especialmente se inserem no contexto da unidade e da segurança do País.

DEPOIMENTO

O Sr. Amaral Peixoto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Amaral Peixoto.

O Sr. Amaral Peixoto — Quando, há vinte anos, por força dos cargos que exercia, fui obrigado a cogitar do problema do açúcar, Pernambuco era o maior produtor. Seguia-se o meu Estado e o terceiro era o de V. Exa. São Paulo ocupava um modesto quarto lugar. Hoje, a situação é a seguinte: São Paulo tem a produção maior do que os nossos três Estados reunidos. Meu receio é de que essa distância aumente ainda mais com

êsse projeto. São Paulo, com mais capacidade, não só agrícola como industrial e, sobretudo, com capacidade financeira muito maior devido à sua rede bancária, poderá desenvolver enormemente o seu centro de produção de açúcar, em detrimento dos nossos Estados. Além do mais, São Paulo tem o mercado na porta. Quando o açúcar de Pernambuco e do Estado do Rio eram vendidos em São Paulo acrescidos do frete ferroviário caríssimo e do frete marítimo, êste Estado vendia, junto às suas usinas, tôda a sua produção. Não encaro com êsse otimismo o projeto. Acho que realmente o Govêrno precisa reformular a política do açúcar. Foi a melhor experiência de economia dirigida feita no Brasil. Isto é inegável. A indústria açucareira estava, quando foi criado o IAA, financeiramente comprometida. Os usineiros não tinham crédito; não pagavam aos seus fornecedores; não pagavam nem aos seus empregados. Não temos elementos, apenas lendo a exposição de motivos e os artigos que vão modificar dispositivos de leis anteriores, para tirar uma conclusão definitiva. Desejava olhar o assunto com a confiança com que V. Exa. o faz, mas, como representante do Estado do Rio, confesso a minha desconfiança, o meu receio de que Pernambuco, São Paulo e até mesmo Alagoas venham a ser prejudicados no futuro.

O SR. ARNON DE MELLO — Recebo, nobre Senador Amaral Peixoto, com muito aprêço, o aparte de V: Exa., que conheço há muitos anos e por quem tenho particular admiração e estima. Conto que, até o fim do meu discurso, V. Exa. modificará o seu juízo sôbre o Projeto.

O Govêrno não tem interêsse de concentrar a produção açucareira em São Paulo. Ao contrário, todos nós estamos convencidos de que, hoje, uma preocupação prioritária do Govêrno é o desenvolvimento do Nordeste. Não se compreenderia, então, nos encaminhasse êle um projeto para fortalecer o fabuloso Estado que, embora produza tanto açúcar, como V. Exa. bem acentuou, tem a agroindústria canvieira representada na sua economia com apenas cêrca de dois por cento, enquanto ela representa sessenta por cento da economia do meu Estado.

COTAS REGIONAIS

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite o nobre orador um aparte? (**Assentimento do orador.**) V. Exa. é o culpado de ser brilhante...

O SR. ARNON DE MELLO — Generosidade de V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — ... e de tratar com seriedade um dos problemas econômicos mais graves do País. Mas se se vai estabelecer um critério regional de produção, eu dou de barato...

O SR. ARNON DE MELLO — Ele já existe, nobre Senador.

O Sr. Vasconcelos Torres — ... mas agora vai ser regulado por lei. Existe atualmente por um critério da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

O SR. ARNON DE MELLO — Perdoe-me V. Exa., existe o critério regional, ou seja, o Centro-Sul não poderá, de acordo com a Lei nº 4.870, produzir mais de 64,24% da produção açucareira nacional.

O Sr. Vasconcelos Torres — É isso justamente que quero dizer, a cota não atingida, até então, era redistribuída no próprio Estado. Agora, pela lei, segundo depreendo, será redistribuída por uma área regional.

O SR. ARNON DE MELLO — Nada mais justo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Eu dou de barato que o Nordeste venha a ser bem contemplado, mas acontece que, na área chamada Centro-Sul, como o Senador Amaral Peixoto acaba de dizer e eu já havia dito antes, há uma expectativa crucial porque a capacidade industrial do glorioso Estado de São Paulo é imensa, e existe um desestímulo muito grande para o canavieiro fluminense, para o canavieiro de Minas Gerais. Para São Paulo, não. Há rede bancária a financiar tudo, há rede de transportes para colocar o açúcar em qualquer ponto, inclusive no Nordeste já chegou açúcar paulista. Peço perdão a V. Exa. Este debate não pode ser feito numa hora de Expediente, mas procurando me interessar por esse assunto de açúcar, eu queria me reportar ao fato de que houve um Presidente retirado do sul do Brasil, o saudoso Dr. Leonardo Truda, nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, que, por não entender de açúcar, realizou a política açucareira mais perfeita de que se tem notícia no Brasil. E agora V. Exa. há de permitir que eu manifeste a minha confiança no General Tavares Carmo, que, lealmente, ao assumir o cargo, disse que não entendia de açúcar, e hoje já é um "expert" na matéria. Acho que esse assunto deveria ser longamente debatido, mas confesso a V. Exa. que cumprirei a determinação do meu Partido. O assunto demanda um exame muito maior do que o projeto pretende atender. A política açucareira do Brasil ainda está para ser definida, no meu modo de entender.

ESPETÁCULO DEMOCRÁTICO

O SR. ARNON DE MELLO — Estamos vivendo realmente, meu prezado amigo Senador Vasconcelos Torres, um espetáculo democrático neste plenário, porque vejo V. Exa., um dos líderes da ARENA, debatendo o assunto nos mesmos termos em que o debate o eminente Líder do MDB, Senador Amaral Peixoto.

O Sr. Vasconcelos Torres — Somos representantes do Estado do Rio. V. Exa. defende Alagoas; nós defendemos o Estado do Rio...

PROBLEMAS CRUCIAIS

O SR. ARNON DE MELLO — Perfeito.

Senhor Presidente,

Devo de antemão acentuar que somos, os nordestinos, os brasileiros mais sofridos pelas necessidades, os nossos problemas econômicos e sociais matrizados num atraso inconcebível e eternizados no clamor da fome, da miséria, das doenças e do analfabetismo. Mas orgulha-nos, de outro lado, recordar que, no testemunho da História, ninguém nos superou nos serviços prestados à Pátria desde os primórdios da descoberta, ao defendermos do invasor europeu o nosso território e ao implantarmos, com a cana-de-açúcar, os alicerces econômicos da Nação nascente. Destaque-se que em 1534 já se erguia em Olinda, Pernambuco, o primeiro engenho, por iniciativa de Jerônimo de Albuquerque, que para aqui viera com o seu cunhado, o grande Duarte Coelho, a quem se deve a presença, no Nordeste, da cana-de-açúcar e do negro, que a trabalhou, estruturando-se, assim, o nosso desenvolvimento. E em 1550 nada menos de cinco engenhos já haviam sido instalados em Pernambuco: o de Olinda, Igarauçu, Beberibe, Casa Forte e Várzea.

Herdeiros de tal passado e caldeados nas dores dos problemas angustiantes de ontem e de hoje, não podemos, nesta hora em que o Brasil se transforma para cumprir sua missão de País do futuro, que afinal se aproxima, deixar de reivindicar uma participação efetiva nessa luta pelo desenvolvimento global. Se fomos a vanguarda da nossa construção econômica, honra-nos sobremaneira estar agora entre os pioneiros da mudança do Brasil.

MUDANÇA E PROGRESSO

Senhor Presidente, falar em mudança é falar em progresso, do qual evidentemente depende a solução dos problemas coletivos. Falar em progresso é dizer competição, combate inflexível ao atraso, sobretudo quando se trata de países como o nosso, que precisa queimar etapas para reduzir o **gap** que nos separa das grandes Nações. E, dentro do nosso País, assinale-se o Nordeste, com seus trinta milhões de habitantes e renda **per capita** tão reduzida, cujas tensões sociais impõem atenção especial de todos nós, brasileiros.

A SUDENE deu-nos esperanças que outras providências do Governo Revolucionário, como o Programa de Integração Nacional e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, nutrem e multiplicam. Mas se as novas indústrias, surgidas mercê dos incentivos fiscais, especialmente na Bahia e Pernambuco, elevaram o nível de desenvolvimento do Nordeste, não lhe asseguraram os empregos de que êle necessita, em número de 100.000 por ano, pois a SUDENE, em dez anos de atividade, criou apenas 70.000.

OPORTUNIDADES DE TRABALHO

É ainda na agroindústria do açúcar que os nordestinos encontram mais oportunidades de trabalho. Se no Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, a produção não atende ao abastecimento interno, na Paraíba suas usinas satisfazem o consumo local; e em Sergipe oito usinas abastecem o Estado e lhe permitem exportar açúcar. Diga-se que Sergipe, em 1939, tinha 89 usinas e hoje, por imperativo da produtividade, tem apenas oito, entre elas duas — as de São José do Pinheiro e Central Riachuelo — com 480.000 sacos, e duas outras com 30.000 cada, numa produção global de cêrca de 900.000 sacos, e um limite oficial de 3.897.742. A Bahia, com uma cota de 2.469.492, produziu êste ano cêrca de 700.000 sacos, mas em 1959/60 chegou a produzir 1.223.014, em 1968/69 reduziu sua produção a 489.870 sacos e em 1969/70 a elevou a 607.805 sacos.

PERNAMBUCO E ALAGOAS

Mas Pernambuco e Alagoas têm aumentado a sua produção, permanecendo como os maiores produtores de açúcar do Nordeste, e o segundo e terceiro do Brasil, respectivamente, antes colocado apenas o Estado de São Paulo. Com 53 usinas em 1959/60, hoje reduzidas a 42, também por influência da

produtividade, Pernambuco produziu naquele ano 12.959.015 sacos, e agora deve atingir os 16.000.000. Alagoas mantém há muitos anos o mesmo número de usinas, 27, e produziu em 1959/60 4.063.487 sacos e, em 1970/71, 9.800.000.

Para sua produção de açúcar, o Nordeste utiliza 505.000 hectares, dos quais se tiram cerca de 17 milhões de toneladas de cana, e emprega diretamente 450.000 pessoas que, somadas a seus dependentes, se elevam a mais de 2.000.000. Em Alagoas, é em média de 45.000 o número de pessoas que trabalham diretamente na agricultura da cana, e mais 15.000 nos transportes e nas usinas, num total de 60.000, que, com os seus dependentes, se elevam a 300.000.

AÇÚCAR É SOBRETUDO CANA

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa.?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não sei se na estatística que V. Exa. tem em mãos é levado em conta o custo de produção. Mas está aí o Senador Paulo Guerra para esclarecer.

O SR. ARNON DE MELLO — Esclarecerei a V. Exa. mais adiante.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quanto a Pernambuco, estou vendo que usinas estão sendo fechadas. Agora mesmo uma usina foi fechada e entregue aos trabalhadores em sistema cooperativo. Parece-me que não houve gastos supérfluos.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Exa. sabe por quê? Porque açúcar não é usina; açúcar é, sobretudo, cana. E se não se tem cana, não se pode fabricá-lo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Esta lição eu acato. Mas devolvo a V. Exa., dizendo que essa atividade se chama agro-indústria do açúcar, porque durante seis meses se planta cana para durante seis meses a cana ser moída nas usinas. O custo da produção é um fator que, na consideração estatística que V. Exa. está levantando, **data venia**, me parece que não está sendo devidamente ponderada. O custo da produção é muito alto.

O SR. ARNON DE MELLO — Lamento que V. Exa. não aguarde o término do meu discurso, porque no decorrer dêle estão esclarecidas as dúvidas que V. Exa. expõe, honrando-me com os seus apartes.



O Sr. Vasconcelos Torres — Não sou aqui o Mágico de Oz, e não posso adivinhar o fim do discurso de V. Exa. Mas se V. Exa. chegar, pela negativa, à afirmativa das minhas conclusões, peço perdão por interrompê-lo. Não é minha a técnica **hitchcockiana**: dar o suspense, aparentemente contra, e concluir a favor das teses do Senador Paulo Guerra, do Senador Amarel Peixoto e do modesto Senador que o aparteia. Aliás, isto é peculiar ao brilho e talento de V. Exa. Sei que V. Exa. está fazendo uma análise geral, e agora compreendo que V. Exa. irá chegar às minhas conclusões, e, por isso, me perdoe tê-lo interrompido. Acho, porém, que V. Exa. deveria ficar satisfeito com os nossos apartes.

O SR. ARNON DE MELLO — Estou, pois não. Estou sobremodo honrado com os apartes com que me distinguem V. Exas.

O Sr. Vasconcelos Torres — O que de pior pode haver no Senado é o monólogo, e V. Exa. está prendendo a atenção de todos. Veja que, representando a zona do Nordeste, foi seguidamente apartado pelos representantes da zona Sul. O que quero é o aprimoramento do projeto, e lhe peço desculpas pelas minhas sucessivas intervenções.

LINHA DURA

O SR. ARNON DE MELLO — V. Exa. sabe, Senador Vasconcelos Torres, que não é de hoje a minha admiração e a minha amizade por V. Exa. É com muita satisfação que recebo os seus apartes. Mas sucede que não dispomos de muito tempo para os nossos discursos, e desejaria concluir antes do término da hora do Expediente. Vejo a contragosto êste limite do nosso Regimento Interno para o orador.

O Sr. Vasconcelos Torres — Essa “linha dura” é que não compreendo, no Senado: extinguir-se 100% da hora do Expediente.

O SR. ARNON DE MELLO — Continuando, Sr. Presidente, representa, como já disse, a agroindústria açucareira 60% da economia alagoana, e cêrca de 40% da de Pernambuco, onde dá trabalho aproximadamente a 150.000 pessoas. Em São Paulo, com um limite de produção de 41.969.821 sacos, a agroindústria açucareira participa, como sabemos, com cêrca de 2% da sua poderosa economia.

INSTITUTO DO AÇÚCAR

Fundando, em 1º de dezembro de 1931, a “Comissão de Defesa da Produção de Açúcar”, que em 4 de agosto de 1932 se

transformou no atual Instituto do Açúcar e do Alcool, o Governo Federal defrontou em 1945 a reivindicação de São Paulo de produzir açúcar. Atendido, montou aquêlê Estado grandes usinas de aperfeiçoado equipamento e, em suas terras roxas, implantou, utilizando tecnologia moderna, a agricultura da cana, que substituiu os cafeeiros seculares vencidos pelo tempo e pela crise da superprodução.

Com usinas tradicionais e avelhantados métodos agrícolas, o Nordeste não pôde acompanhar os paulistas em termos de produtividade, os custos de sua produção sempre mais altos que os do Centro-Sul. Tal realidade levou o IAA, em 1963, a fixar nos Planos de Safra preços mais elevados para o açúcar do Nordeste em relação ao açúcar produzido no Centro-Sul, o qual, por outro lado, só poderia ser vendido nos limites dessa região. Passou, assim, o saco de açúcar cristal standard, de 60 quilos, a ser vendido no Norte-Nordeste a Cr\$ 35,77, e no Centro-Sul a Cr\$ 30,05.

A SITUAÇÃO DE HOJE

É esta, Senhores Senadores, a situação de hoje. Evidentemente, foi necessário ajudar o Nordeste a reequipar suas usinas tradicionais, que não podiam competir com as usinas modernas de São Paulo. Mas, felizmente, já agora os industriais de açúcar do Nordeste produzem em termos competitivos com os do Centro-Sul.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre líder Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — Declarou V. Exa., há pouco, que a indústria açucareira é, principalmente, cana e lavoura. Espero que V. Exa., no seu brilhante discurso, nos informe da produtividade e teor de sacarose da cana de São Paulo, do Estado do Rio, da Bahia, de Alagoas e de Pernambuco.

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não. Mais adiante, V. Exa. terá todos êsses elementos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Aviso ao nobre orador que a hora do Expediente está esgotada. No entanto, faço uma prorrogação até às 16 horas e 10 minutos, a fim de que V. Exa. conclua o seu discurso.

O SR. ARNON DE MELLO — Sr. Presidente, quase falei menos, com muita honra para mim, que meus ilustres aparteantes. Agradeço a gentileza de V. Exa., concedendo-me uma prorrogação de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Pediria aos Srs. Senadores que limitassem os apartes, para que o nobre orador termine o seu discurso.

SUBSÍDIO SÔMENTE AO AGRICULTOR

O SR. ARNON DE MELLO — O chamado subsídio ao açúcar nordestino, que é a diferença para mais entre o seu preço no Norte-Nordeste e o preço no Centro-Sul — como já vimos, Cr\$ 35,77 por sacco no primeiro e Cr\$ 30,05 por sacco no segundo, — não beneficia os industriais alagoanos mas unicamente os nossos agricultores, visto como, se já melhoramos o padrão tecnológico das nossas usinas, que produzem economicamente, em termos competitivos com as de São Paulo, não modernizamos ainda a nossa agricultura, como no Centro-Sul.

Pelos quadros estatísticos, que aqui junto, vê-se que, enquanto em 1967/68, o subsídio para o açúcar demerara nordestino, destinado ao mercado externo, era de Cr\$ 3,29 por sacco, em 1970/71 foi de Cr\$ 7,43, isto porque o Governo de São Paulo isentou do ICM a cana empregada na produção desse tipo de açúcar, o que não pôde ser feito no Nordeste. Tal medida baixou o preço real do açúcar paulista e criou situação desinteressante para a produção nordestina.

Há a ressaltar também que parte dos subsídios concedidos à agricultura da cana se destina aos cofres públicos, a título de impostos. Na última safra, de 1970/71, dos subsídios do açúcar cristal, na importância de Cr\$ 5,72 por sacco, Cr\$ 1,33 destinaram-se à receita tributária dos Estados produtores e Cr\$ 4,39 ao sistema produtor. Dos subsídios do demerara, no total de Cr\$ 7,43, Cr\$ 3,49 foram para impostos.

Para melhor elucidação do assunto, é, realmente, interessante fixar como se faz a distribuição dos subsídios entre os setores agrícola, industrial e público, na base do rendimento industrial.

CANA DO NORDESTE

Na produção do açúcar cristal, o Nordeste consome 666,7 kgs. de cana por sacco, e o Centro-Sul, 638,3 kgs. Para a produção de açúcar demerara, o consumo do Nordeste por sacco é de 616,7 kgs. de cana, e do Centro-Sul de 590,0 kgs.

Consome, assim, o Nordeste mais cana por sacco de açúcar que o Centro-Sul. A cana do Nordeste é menos rica de sacarose do que a do Centro-Sul, embora ambas sejam mestiças. Para oferecer maior resistência às longas estiagens e aos tratamentos agrícolas mais pobres, planta-se na região nordestina variedades de

cana mais robustas, menos nobres. Dir-se-ia que a cana produzida no Nordeste requer mais limão e menos laranja-lima.

Por isso mesmo, enquanto no Centro-Sul uma tonelada de cana produz em média 94 quilos, no Nordeste produz 90 quilos, e custa mais caro. Mas isso não quer dizer que a produtividade industrial do Centro-Sul seja mais alta que a do Nordeste, cujas usinas, produzindo em condições adversas 90 kg. por tonelada média de cana, na realidade apresentam maior produtividade que as do Centro-Sul, com 94 kg., porque a matéria-prima de São Paulo é melhor que a nossa.

INDUSTRIAL NORDESTINO MENOS SUBSIDIADO

Resumindo, do subsídio total concedido ao açúcar cristal em 1970/71, na importância de Cr\$ 5,72, o setor agrícola teve Cr\$ 4,12,2; o setor público Cr\$ 1,33,0 e o industrial Cr\$ 0,22,8. E do subsídio por saco de açúcar demerara, na importância de Cr\$ 7,43, o setor público teve Cr\$ 3,49,0, o agrícola Cr\$ 3,85,0 e o industrial Cr\$ 0,09,0.

Na realidade, não existiria nem este ínfimo subsídio para o setor industrial, se em vez de computar um saco de açúcar, unidade de produto final, fôsse computada a tonelada de cana, unidade de matéria-prima processada. Em tais termos, a indústria de açúcar do Nordeste trabalha a preços mais baixos que a do Centro-Sul. "Adotando esta referência, calculando as receitas industriais por tonelada de cana moída, e dela deduzindo os preços de tonelada de cana — como diz eminente economista —, obteremos subsídios mas não concedidos ao setor industrial do Nordeste e sim ao setor industrial do Centro-Sul, já que valores negativos implicam em que os preços da industrialização de uma tonelada de cana do Nordeste são mais baixos do que os respectivos preços concedidos às usinas do Centro-Sul."

Assim, quanto ao açúcar cristal, na safra de 1970/71, o industrial nordestino ficou, em relação aos preços do Centro-Sul, com menos Cr\$ 0,28,5 por tonelada de cana moída, e, no setor do demerara, com menos Cr\$ 0,46,1.

REFORMULAÇÃO

Senhor Presidente, sabemos — e o projeto ontem submetido à nossa consideração bem o comprova — que o Poder Executivo cuida agora de reformular a política nacional do açúcar, visando fundamentalmente à produtividade. E o Nordeste, que é alvo no momento do empenho do Governo Revolucionário para promover-lhe o desenvolvimento, há de defender posições em apoio de tal orientação, que coincide com a sua justa aspiração de bem estar. Considerando a essencialidade da tecnolo-

gia moderna para o aumento da produção canvieira em termos econômicos, cogita o Governo de tomar várias medidas com êsse objetivo, entre as quais suprimir o subsídio, que tem como prêmio à improdutividade e rotina, inimigas do progresso.

NÃO É POSSÍVEL

Em sã consciência, não é possível defender a eternização do subsídio, que impede a circulação do açúcar do Centro-Sul no Nordeste, e impõe ao nosso povo comprar o açúcar que fabricamos mais caro do que o produzido em São Paulo, onde, por sinal, o salário-mínimo é bem mais alto que em Alagoas. Não é possível que as boas frutas nordestinas sejam mandadas para o Centro-Sul, cristalizadas ou transformadas em doces aqui, porque aqui o preço do açúcar é mais barato que lá, e daqui, depois de industrializadas, sigam de torna viagem, essas frutas, para serem lá consumidas.

SUPRESSÃO PAULATINA

Mas, se concordamos com a supressão do subsídio para eliminar tais distorções e absurdos, defendemos, por outro lado, que seja feita lentamente, nunca de uma só vez, o que desorganizaria a nossa economia. O Nordeste acaba, ademais, de atravessar um ano de sêca, que chegou às raias da calamidade, assolando não apenas o sertão porque alcançou a própria zona da mata.

Certo, somos os Nordestinos lutadores habituados a enfrentar dificuldades de tôda ordem, e não seria exatamente agora que iríamos nos esquivar ao desafio do desenvolvimento tecnológico, econômico e social, a que nos convoca o Governo Revolucionário. Confiamos, no entanto, em que ao Governo não escaparão aquelas circunstâncias no decidir assunto de tamanha significação. Esperamos, assim, que a supressão do subsídio se faça em prazo razoável, sem maiores abalos para o Nordeste, consideradas — além da longa estiagem que acaba de sofrer e que comprometeu a própria produção da próxima safra — as difíceis condições da nossa região.

GRANDES E PEQUENAS PROPRIEDADES

Dos 505.000 hectares utilizados no Nordeste pela agricultura da cana, menos de 50% são cultivados pelas usinas, cuja produtividade média é um pouco mais elevada que a dos fornecedores. Em São Paulo, as usinas têm em média 60% de canas próprias. No Nordeste, há usinas que produzem até 90% das suas canas e outras nem 10%. Em Pernambuco, a Usina Catende, por exemplo, produz mais de 40% das suas canas, ou

seja, 250.000 toneladas, num total de cêrca de 600.000 toneladas, enquanto a Central Ôlho Dâgua, no mesmo Estado de Pernambuco, produz 20% das canas que mói, e a Santa Tereza e a Petribu, ainda menos. Em Alagoas, a Usina Leão produz mais de 60% de suas canas e a Usina Capricho tem apenas 10% de cana própria, ou seja, 30.000 toneladas, num total de 300.000. Praticamente, há usinas que não têm cana própria, operam sem subsídios, vivem exclusivamente da receita industrial e produzem em têrmos competitivos com São Paulo ou ainda em melhores condições de custo. A usina, aliás, em certas áreas, não se interessa em produzir cana, prefere comprá-la a pequenos e médios agricultores. Se a produzem, especialmente em áreas não mecanizáveis, é mais para garantir-se do abastecimento de matéria-prima. Existem áreas mecanizáveis que, absorvendo tecnologia mais moderna, atraem o industrial do açúcar com maiores recursos e possibilidades de utilizá-la e produzir mais. Em tais casos, o pequeno agricultor não tem condições de competir, a menos que sejam organizadas emprêsas de serviços que se encarreguem do trabalho, o que seria um nôvo setor de atividade a ser desenvolvido. Mas, de outro lado, nas áreas não adaptáveis à mecanização, os resultados agrícolas dependem muito da intensidade da supervisão, e nelas a pequena e média propriedades têm demonstrado ser mais econômicamente hábeis que a grande propriedade.

O Govêrno Revolucionário estuda promover a fusão das usinas deficitárias para reduzir os custos industriais e melhorar-lhes a produtividade. A medida é, evidentemente, acertada mas, como vimos, não resolve o problema dos subsídios, que beneficiam sòmente o agricultor e o Poder Público.

PRAZO MAIOR PARA PEQUENOS FORNECEDORES

Não há, evidentemente, interêsse do Govêrno em facilitar a concentração de capital, sobretudo no Nordeste, área explosiva de fome, e na agricultura da cana, extensiva por excelência. E para evitar dita concentração, conveniente seria que, na eliminação dos subsídios, que esperamos seja paulatina e a longo prazo razoável, se desse aos pequenos produtores de cana prazo maior que aos grandes.

No Nordeste, cêrca de 1 têrço da cana total, representando talvez 90% dos agricultores, é produzido por fornecedores de menos de 5 mil toneladas, e os restantes dois têrços, por fornecedores com produção acima dêste nível e pelas próprias usinas. Se reduzirmos mais ràpidamente o subsídio aos dois têrços, e, mais lentamente, o subsídio ao têrço restante, constituí-

do de pequenos e médios agricultores, manteremos o custo total do subsídio anual. Tendo como base, para a extinção dos subsídios, um prazo de sete anos, podemos obter o mesmo custo anual reduzindo para seis anos o prazo concedido aos grandes agricultores e elevando para nove anos o prazo concedido aos pequenos agricultores. Isto feito, criar-se-ia a tendência à divisão da terra nas áreas não mecanizáveis e, em consequência, uma alta propensão à diversificação da agricultura. E ademais, se, por motivos futuros, se viesse a manter uma agricultura subsidiada nessas áreas, o subsídio, dada a distribuição da renda então obtida, teria ao menos a virtude de criar e sustentar uma classe média rural, que por seu lado seria mercado de consumo de indústrias locais e geradora de profissionais de nível médio e superior para a construção do novo Brasil de amanhã.

SERGIPE

O Sr. Augusto Franco — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Augusto Franco — A nós de Sergipe, Estado produtor e exportador de açúcar, aos do Estado de Pernambuco, aos do Estado da Bahia, aos de Campos, do Estado do Rio, produtores tradicionais de açúcar no Brasil, parece que o projeto de lei precisa ser melhorado, retocando-se alguns pontos referentes a determinadas regiões tradicionais. Ao contrário, São Paulo e Alagoas, que vêm, por motivos vários, aumentando grandemente a produção de açúcar, certamente, em futuro próximo, absorverão as cotas regionais, ficando, definitivamente, apegados aos seus limites em detrimento dos Estados em luta para melhorar sua produção. Muito grato a V. Exa.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito agradecido, nobre Senador Augusto Franco. A respeito do aparte com que me distingue V. Exa., estimaria assinalar que o Estado de V. Exa. tem, segundo me informa o Instituto do Açúcar, limite de produção de 3.897.742 sacos, ainda não atingido. Mesmo que o limite fôsse de 2.334.000, como informaram a V. Exa., ainda assim não havia sido realizado. Sergipe não vai ser prejudicado pelo projeto que o Governo ontem enviou à nossa consideração e tanto mais quanto é pensamento oficial não fazer revisão de cotas de usinas em funcionamento senão daqui a três anos.

O Sr. Augusto Franco — Jamais Sergipe alcançou, mas espera alcançar — como Pernambuco e Campos esperam alcançar — êsses limites, não tão rápido como São Paulo e Alagoas, evidentemente.

O SR. ARNON DE MELLO — Houve um fato novo na agro-indústria açucareira, ou melhor, na lavoura canavieira alagoana.

Descobrimos que nos tabuleiros a cana se adapta melhor do que nas várzeas e nas encostas, e estamos levando os nossos canaviais para essas terras planas. Agora mesmo tivemos uma experiência fabulosa em Alagoas: a cana plantada nos tabuleiros resistiu melhor à seca que a cana plantada nas várzeas e nas encostas, e, mesmo com a longa estiagem, produziu, por tonelada, mais cinco quilos de açúcar que aquela.

O Sr. Augusto Franco — Perfeitamente. Isto em Alagoas, mas São Paulo continua produzindo cada vez mais, e não tem tabuleiros.

O SR. ARNON DE MELLO — Mas, eminente Senador Augusto Franco, a divisão regional da produção está feita. Dentro da política do Governo, o Nordeste não será prejudicado nos seus limites de produção nem nas suas cotas. Continuaremos com 35,76% e o Centro-Sul com 64,24% da produção açucareira do Brasil. Não será este o problema, nobre Senador.

VÁRZEAS E TABULEIROS

Ouçõ, com muita satisfação, o eminente Senador Leandro Maciel, ex-Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, a quem muito deve o meu Estado.

O Sr. Leandro Maciel — Desculpe V. Exa. a interrupção que vou fazer ao seu oportuno e brilhante discurso.

O SR. ARNON DE MELLO — Com muita honra para mim, nobre Senador.

O Sr. Leandro Maciel — Ao referir-se ao meu Estado, o Estado de Sergipe, V. Exa. declarou que a sua cota, de 2.334.000 sacos...

O SR. ARNON DE MELLO — Ainda não havia sido atingida.

O Sr. Leandro Maciel — ... ainda não foi atingida. Parece ao Senado que o Estado não terá capacidade para atingir tal cota oficial. Lembro a V. Exa. que o seu Estado, Alagoas, em 1962 produzia 4 milhões de sacos de açúcar e atualmente está produzindo 10 milhões. Como é possível Alagoas chegar a esta produção, e o meu Estado, seu vizinho, não ter também capacidade de aumentar a sua produção?

O Sr. Ruy Santos — São as mesmas terras.

O Sr. Leandro Maciel — Seguindo o exemplo de Alagoas, estamos trabalhando para aumentar a nossa produção. V. Exa., que conhece o problema do açúcar, está sentindo a reação do meu Estado. Sergipe, que já produz cerca de um milhão de sacos, não poderá amanhã atingir os 2.234.000?

O SR. ARNON DE MELLO — Digo mais a V. Exa., meu querido amigo, nobre Senador Leandro Maciel: Sergipe tem melhores condições que Pernambuco para desenvolver sua agricultura canavieira, porque possui mais tabuleiros.

Hoje está comprovado que as várzeas e as encostas não são as terras mais adequadas à cana-de-açúcar. Evidentemente, é preciso que nossas usinas — e refiro também às usinas alagoanas instaladas nas várzeas — é preciso que elas saiam dali, que se transfiram quanto possível para os tabuleiros.

PROTEÇÃO DA NATUREZA

O Sr. Paulo Guerra — Permite-me V. Exa. um ligeiro aparte? **(Assentimento do orador.)** — No final do discurso de V. Exa., nobre Senador Arnon de Mello, quase que chegamos a uma unidade de pontos de vista. Apenas discordo de V. Exa. num ponto: o progresso da agroindústria do açúcar de Alagoas não dependeu unicamente dos tabuleiros.

O SR. ARNON DE MELLO — Única e exclusivamente, nobre Senador Paulo Guerra. E poderia prová-lo com números e documentos. De um hectare de terra nas várzeas tiram-se de 40 a 50 toneladas de cana. Nos tabuleiros, tiram-se 100 toneladas. É só isto.

O Sr. Paulo Guerra — Não aceito a alegação de V. Exa.,...

O SR. ARNON DE MELLO — É a nossa experiência.

O Sr. Paulo Guerra — ... pois, assim, êste debate iria ter outras implicações de sentido sociológico e histórico. Pernambuco teve que enfrentar problemas que Alagoas não enfrentou. E não é oportuno discuti-los nesta hora.

O SR. ARNON DE MELLO — No norte de Pernambuco, onde há tabuleiros e onde está implantada a excelente Usina São José, há dinamismo e modernização na produção agrícola e industrial.

O Sr. Paulo Guerra — Essa usina São José, por coincidência, é quase no meu município. Sei quanto tempo ela se arrastou produzindo pouco. Depois que o Senhor José Ermírio de Morais, com o seu potencial financeiro, se jogou naquela área, é que ela prosperou, e assim talvez tenha sido êste um dos motivos da prosperidade e do progresso rápido da produção açucareira do seu Estado, meu nobre Senador.

O SR. ARNON DE MELLO — Perdoe-me V. Exa., mas não se trata só de dinheiro. Quanto a Alagoas, apoio maior que Pernambuco só recebemos da Natureza, que nos concedeu

cêrca de 200.000 hectares de tabuleiros. Quanto à Usina São José, o que sei é que o ex-Senador José Ermírio de Moraes promoveu ali a racionalização da agricultura e utilizou os tabuleiros. Esta aí o plano que apresentou ao GERAN...

O Sr. Paulo Guerra — Esse plano está aprovado, mas não foi executado ainda, meu nobre Senador.

O SR. ARNON DE MELLO — Não estou defendendo o GERAN, apenas lembro a Vossa Excelência que a Usina São José tem condições para produzir muito bem, economicamente, sobretudo porque dispõe de tabuleiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. ARNON DE MELLO — Requeiro, Sr. Presidente, que me considere inscrito para concluir meu discurso depois da Ordem do Dia.

DEMOCRATIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Continua com a palavra o nobre Senador Arnon de Mello, para concluir o discurso iniciado na hora do Expediente.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, Senhor Presidente, pela oportunidade que me dá de continuar na tribuna, onde me encontro dominado pelo sentimento de missão, pelo espírito público, pelo patriotismo, considerando os interesses do meu Estado e da minha Região tanto quanto o do meu País.

Como ia dizendo, Senhores Senadores, quando findou a hora do Expediente e me afastei da Tribuna, a divisão das propriedades na zona canavieira, além de fomentar pequenos negócios, estimularia a democratização da atual agricultura latifundiária. Sem subsídio, aquêles industriais de açúcar que possuem cana própria mais para garantir o abastecimento de matéria-prima do que como atividade lucrativa, tratariam de vender pequenas glebas aos pequenos e médios agricultores subsidiados, que se tornariam seus fornecedores. Mas êstes fornecedores não poderiam aumentar a produtividade sem que as grandes emprêsas os ajudassem a aperfeiçoar suas lavouras. E elas, perdendo o poder de auto-abastecer-se e ameaçadas de falta de matéria-prima, naturalmente tenderiam a fornecer-lhes o apoio de que irão necessitar. Criar-se-iam, assim, unidades produtoras de cana de cinco mil ou menos toneladas com melhor produtividade do que hoje em dia. As

relações entre indústria e agricultura se tornariam mais democráticas, na base do parcelamento das grandes propriedades e do aperfeiçoamento tecnológico.

Se, no entanto, não tivessem ajuda, os pequenos e médios agricultores, impossibilitados de produzirem cana mais economicamente, optariam por outras culturas, diversificando, assim, a produção do Estado.

Esses instrumentos de pressão acelerariam a transformação, que, do contrário, se faria extremamente lenta.

AJUDA AO PEQUENO AGRICULTOR

No caso de um pequeno agricultor não poder sustentar seu nível de produção ao preço sem subsídio, certamente se fará sentir também pressão eficaz no sentido do aperfeiçoamento tecnológico das unidades industriais. As que forem bem sucedidas poderão obter uma receita marginal proveniente da mais alta produtividade industrial que lhes permita pagar a sua cana a um preço superior ao preço oficial previsto.

Aperfeiçoando-se tecnologicamente para produzir, por exemplo, em vez de 90 quilos, 100 quilos de açúcar por tonelada de cana, uma usina de 400 mil toneladas fará 68.000 sacos a mais, os quais, se vendidos a Cr\$ 25,00, lhe darão uma receita adicional de Cr\$ 1.700.000,00. Pagando a usina mais dois cruzeiros pela tonelada de cana, despenderá Cr\$ 800.000,00 e ainda ficará com Cr\$ 900.000,00 que cobrirão perfeitamente o aumento de despesas decorrentes da maior produtividade, isto é, da permanente renovação dos equipamentos para que se mantenha na frente da tecnologia, com técnicos e pessoal de boa qualidade. Aí está uma saída para a pior eventualidade. Assim, somente perecerão aquelas unidades industriais de baixa produtividade, localizadas em áreas inadequadas à produção de cana.

REFORMA AGRÁRIA

Promove-se, nestas condições, sem maiores dificuldades, o desaparecimento do latifúndio e da monocultura, com o parcelamento das grandes propriedades e a diversificação da produção pela liquidação da agricultura da cana nas áreas inadequadas, que o interesse da produtividade renega, para concentrar o cultivo em áreas mecanizáveis e acessíveis à tecnologia moderna.

Garantir-se-ia, assim, apreciável contribuição à reforma agrária, tão necessária e sempre tão adiada, e, enfim, à trans-

formação social, que naturalmente só se faria ante pressões que tais. As encostas pesadas e as várzeas úmidas, pouco competitivas se empregadas na lavoura canaveira, desta seriam afastadas para destinar-se a outras agriculturas, sobretudo à agricultura de subsistência, o que só se tornaria possível se o agricultor não fôr o dono da usina. Dar-se-ia um basta na exploração antieconômica das terras numa região em que o homem convive com a morte mais do que com a vida no enfrentar os problemas cruciais da fome, da miséria e das doenças.

MÃO-DE-OBRA E CAPITAL

Corrigir-se-ia, ademais, a distorção implantada no Nordeste com o entusiasmo industrializante pouco gerador de empregos, sem a indispensável contrapartida da reestruturação agrária, fonte de ocupação para fertilidade da mão-de-obra nordestina, tanto mais quanto na região é o equilíbrio entre mão-de-obra e capital que se impõe, e nunca a preponderância dêste. O imperativo será, na verdade, promover o progresso econômico com vistas ao bem-estar do homem, assegurando-lhe nível de vida compatível com a dignidade humana.

Os produtores de açúcar teriam, conseqüentemente, dentro de um ambiente de paz social inacessível às agitações, garantia de sobrevivência, desde que — cumpre observar — não elevassem imoderadamente a taxa de investimentos, para a cada ano crescer mais, sem cuidar das condições de economicidade e de mercado.

Não se diga que o prazo maior que se daria ao pequeno agricultor, no empenho de propiciar o parcelamento da propriedade e a diversificação da produção, permitiria que as grandes propriedades viessem a ser subdivididas entre parentes dos proprietários de hoje. Não importa que o fôssem, pois parente não está impedido de adquirir propriedade de parente. O que não se deveria permitir era que acionistas ou filhos ou dependentes de acionistas as adquirissem, já que seus interesses de industriais amorteceriam qualquer propensão à diversificação da produção agrícola.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Evidentemente, outras medidas complementares se fariam necessárias para o pleno êxito de tal programa.

Dentro da nova política de apoio aos pequenos e médios produtores, que se implantaria, cumpriria, por exemplo, evitar a elevação do preço das máquinas agrícolas a fim de que eles pudessem absorver a tecnologia moderna.

Indispensável seria evidentemente que fôssem mantidos os limites de produção do Norte-Nordeste e do Centro-Sul, guardando a autorização anual de produção a proporcionalidade em conformidade com êsses limites.

Antes de findo o prazo do subsídio, seria preciso ter concluído o Terminal Açucareiro de Alagoas, obra tão importante e necessária à nossa competição no mercado mundial quanto a própria redução de custos que se possa fazer na produção. Pronta dita obra, o açúcar nordestino, pôsto navio, ficará positivamente mais barato que o do Centro-Sul. E dentro desta perspectiva se afirma como justa nossa reivindicação no sentido de que tôda a exportação de açúcar seja prioritariamente nordestina, dela participando o Centro-Sul em têrmos estritamente de complementação.

NENHUM RISCO DE SUPERPRODUÇÃO

Os subsídios só seriam evidentemente concedidos no limite do volume da produção da safra 1970/71. Se na próxima safra houvesse aumento de produção, êste não seria subsidiado, vale dizer que a produtividade teria de aumentar para substituí-lo. Mas os excedentes de cana eventualmente ocorrentes contariam com a garantia de moagem, o que seria grande estímulo ao desenvolvimento da fração da lavoura em têrmos competitivos.

E não haveria perigo de superprodução, pois a redução paulatina do subsídio afastaria das terras ruins a cana, que tenderia a migrar, fixando-se em terras adequadas. O ICM não seria pago sôbre a fração do aumento da lavoura, tal como ocorre em São Paulo, mas o Estado teria outras compensações.

Se assim se procedesse, êste açúcar de produção marginal, repita-se, custaria menos, pôsto navio, do que o açúcar de São Paulo. E seria justo que o Govêrno o adquirisse com prioridade.

FATOS NÃO CONFIRMAM

A SUDENE em seu "documento básico sôbre a agroindústria açucareira do Nordeste", de 1965, atribui o nosso atraso em relação do Centro-Sul à "gradativa incapacidade do Nordeste de competir nos mercados sulino e internacional em virtude de custos de produção e transporte comparativamente mais altos."

Mas já hoje os fatos invalidam tais afirmações. As nossas usinas não recebem subsídios, a nossa produtividade industrial

é a mesma do Centro-Sul. Quanto à agricultura, sua produtividade depende dos tratos. Temos terras no Nordeste acessíveis à mecanização e à moderna tecnologia que nos asseguram produzir em termos competitivos no mercado interno. Quanto à exportação, temos condições de competir com São Paulo. Preço competitivo não significa identidade. Já vimos que o nosso açúcar pôsto no navio será de custo mais reduzido. Sai êle da usina com o mesmo preço, mas chega ao navio mais barato. As nossas usinas ficam até a 20 quilômetros do Pôrto de Maceió e a mais longe, a Taquara, a cento e quarenta e dois, com uma média de 70 quilômetros. E enquanto isso, as de São Paulo, como as de Jaú e Ribeirão Prêto, ficam na faixa de 400 a 600 quilômetros, numa média de mais de 300 quilômetros do Pôrto de Santos. Além disso, além de Alagoas e Pernambuco estarem menos distantes da Europa e dos Estados Unidos, mais perto, portanto, do consumidor estrangeiro que Rio e São Paulo, há a circunstância de que, instaladas as usinas paulistas em zona de produção nobre, têm elas concorrentes produtores para o transporte, que lhes custa por isso bem mais caro.

Ademais, no Pôrto pobre de Maceió, como no Pôrto de Recife, pode-se perfeitamente construir um terminal açucareiro como está sendo feito, o qual reduz em cêrca de três cruzeiros o custo do saco do produto, enquanto ninguém vai admitir que se construa no grande Pôrto de Santos um terminal açucareiro.

DESENVOLVIMENTO

Temos, pois, argumentos de sobra para afirmar que poderemos prescindir dos subsídios, que tiveram sua utilidade quando carecíamos reequipar nossas usinas e são ainda necessários até que se possa modernizar a agricultura ajustando-a à nova tecnologia agrária. A expansão demográfica e o agravamento dos problemas sociais impõem o desenvolvimento que, desatendido nas suas afirmações e exigências, explodirão as estruturas anacrônicas, rebeldes contra o sapato chinês em que se queira manter o País.

Como não seria possível parar o desenvolvimento atual, pressionado pela injustiça social, é ilusório querer manter o anacrônico, como se estivesse ainda vigorante o velho sistema feudal. E se continuassem os subsídios, em termos de permanência, as vítimas não seriam as populações obrigadas a adquirir açúcar por preços mais altos, os trabalhadores com salários ínfimos, mas a própria economia da região, os próprios produtores, que, desestimulados pela ajuda oficial de recorrer aos elementos proporcionados pelos novos tempos, indiferentes

ao jôgo da concorrência, surdos ao desafio dos produtores sulistas, se enfraqueceriam cada vez mais nas erosões dos baixos salários e da agricultura extensiva, desvitalizadores do homem e propulsoras da improdutividade. É o próprio GERAN (Grupo de Racionalização da Agroindústria Açucareira), criado pelo Decreto nº 59.033-A, de 8 de agosto de 1966, que diz em documento de 1966: "O salário-mínimo em si mesmo não onera o custo da produção. A baixa produtividade da mão-de-obra é que eleva os custos médios. Por isso, a solução do problema não está na redução do salário-mínimo mas na elevação do rendimento físico do trabalhador e talvez na redução dos custos da produção."

A supressão do subsídio, desde que feita a longo prazo, é um estímulo à sobrevivência do sistema produtor do Nordeste, com a modernização das estruturas obsoletas, arcaicas e esclerosadas. Lembre-se que Sergipe fechou 81 das suas 89 usinas, e a Bahia 13 das 20 que possuía, tôdas, naturalmente, por falta de economicidade.

ÁREAS NÃO ECONÔMICAS

Pernambuco e Alagoas já cuidam de afastar-se de áreas não econômicas para outras de maior produtividade. E já consideram a expansão em termos de lucros, tanto como ganham a consciência da mudança.

Pena é que o GERAN, ao fazer suas análises de projetos, considere o subsídio como um elemento definitivo, quando êle não é uma realidade mas impôsto por lei que impede a venda de açúcar do Centro-Sul no Norte-Nordeste. Em decorrência disso, há uma distorção do mercado interno, tanto que Fortaleza, no Ceará, poderia adquirir açúcar de São Paulo mais barato do que o fabricado no Rio Grande do Norte, por exemplo.

Também nos seus projetos integrados, o GERAN exige que as usinas em Alagoas sejam a imagem fiel e semelhante do sistema paulista, com mais capital do que o possível e o razoável, provocando a oferta de emprêgo por unidade de capital abaixo do justo.

TRANSAMAZÔNICA

Senhor Presidente, quando o Govêrno Revolucionário, aprovando o Programa de Integração Nacional, anunciou a construção da Transamazônica, aqui manifestei minha discordância de companheiros que a combatiam porque a considero grande propulsora do Nordeste e, particularmente, do seu setor agrícola. Promovendo a ampliação dos limites econômicos do Nordeste e absorvendo parte dos seus excedentes de mão-de-obra, a

Transamazônica ajudará a equilibrar oferta e procura no mercado de trabalho primário do Nordeste. É este um dos fatores básicos dos baixos salários na agricultura da cana que, não obstante, atrai os próprios sertanejos que deixam o desamparo dos seus minifúndios, para ali trabalhar até mais de 6 meses por ano e, não raro, a qualquer preço. A zona canavieira ainda é considerada a melhor, pelas maiores oportunidades de trabalho que oferece numa área de desemprego. Eis por que há ali superoferta de mão-de-obra, que é o maior entrave à elevação da produtividade do trabalho. Cada vez que se torna melhor a região canavieira, maior é a oferta de mão-de-obra, tal como nas favelas: cada vez que se torna mais fácil construir barracos, mais barracos surgirão.

O problema não é de monocultura, mas de monocredito. Nenhuma cultura é mais apoiada e financiada que a da cana, sejam ou não competitivos os seus preços. Se, entretanto, houver apoio oficial às outras agriculturas — como o eminente Chefe da Nação anunciou em começos deste mês, e de acordo com o Programa de Assistência Rural que o Congresso Nacional examina no momento — o trabalhador se libertará da cana para dedicar-se a outras culturas. Ninguém está definitivamente ligado a esta ou àquela cultura, pois o que se procura é a melhor rentabilidade. O crédito orientado para a produção rural diversificada criará naturalmente condições para elevar o nível do trabalhador, o que é indispensável e urgente.

QUESTÃO GRAVE

Será solucionada, assim, uma das mais graves questões do Nordeste, a da miséria, — fruto da falta de produtividade — a qual se mantém apesar do subsídio à agricultura da cana.

É o próprio Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira, Secretário do GERAN, que o diz ainda em fins de 1969: “A massa de trabalhadores rurais empregada na agroindústria canavieira apresentava e, infelizmente, ainda apresenta fortes contingentes de subemprego, subalimentação, analfabetismo, precários níveis de saúde e condições de miséria incompatíveis com a dignidade humana”. (“Brasil Açucareiro” nº 3/6 dez. 1969.)

A transformação, Senhor Presidente, se impõe no interesse geral. Se os produtores carecem aumentar sua produtividade para assegurar rendimento econômico às suas atividades e investimentos, o trabalhador não pode continuar vivendo sob o peso das maiores necessidades, nem pode o nordestino pagar, por decisão oficial, mais caro que no Sul um alimento que êle próprio produz. Não é justo, positivamente, que o povo pague

eternamente mais dinheiro pelo nosso açúcar do que pelo do Centro-Sul.

É preciso evitar que o apoio oficial se constitua num freio e não num estímulo à evolução. É preciso combater a estagnação, retirando qualquer apoio do Poder Público à mentalidade retrógrada e rotineira.

É preciso impedir que a elevação dos custos gerada pela exploração agrária antieconômica seja coberta pela redução dos salários e não pela absorção da moderna tecnologia.

É preciso incentivar a capacidade gerencial, o espírito empresarial progressista.

É preciso dar o ritmo dos novos tempos e o sentido de modernização ao trabalho nos campos.

DISCUTIR CUSTOS E NÃO PREÇOS

Senhor Presidente, Senhores Senadores, sejamos francos e nítidos: o fundamental é **discutir custos e não preços**, ou **reduzir custos para não elevar preços**, mas baixá-los, a estes, se possível.

Temos condições para recusar a eternização do “assistencialismo improdutivo”. E, além disso, temos necessidade absoluta de racionalizar a agricultura da cana para não apenas competirmos com o Centro-Sul mas podermos melhor concorrer no mercado internacional.

TABULEIROS

A decisão dos produtores alagoanos de utilizar os tabuleiros e chãs até então considerados estéreis, para o plantio da cana, trouxe resultados realmente extraordinários para o barateamento da exploração agrícola. Vale repetir as vantagens daí decorrentes, além das que permitem a mecanização das lavouras. Quimicamente pobres, tais terras apresentam excelentes condições físicas, que reduzem excepcionalmente o preço do transporte, pois o caminhão vai até o local em que a cana é cortada e daí levada à moagem, em vez de, como se verifica nas encostas e nas várzeas, ser conduzida em animais até à estrada, onde é baldeada para o caminhão que a transportará à usina. Enquanto nos vales úmidos a cana exige cinco a sete “limpas” anuais, pois com as chuvas o mato cresce aí rapidamente, no tabuleiro ela requer apenas duas “limpas”, e assim mesmo em volta das touceiras adubadas. Se nas encostas e várzeas a cana cresce deitada ou envergada, no tabuleiro ela se desenvolve retilínea, o que facilita sobremaneira o corte, operação encarecedora dos custos, e o carregamento mecânico.

Ainda agora, na sêca — repita-se —, verificamos em Alagoas que a cana de tabuleiro resiste mais à estiagem que a da várzea. Ali ela se manteve mais sadia que a plantada nas terras férteis. E ainda: não obstante igualmente exposta à estiagem, deu mais 5 quilos de açúcar por tonelada que as das várzeas e das encostas. Normalmente, tiram-se no tabuleiro, após mecanização pesada, de 90 a 100 toneladas de cana por hectare, enquanto somente 40 a 50 toneladas nas várzeas e ladeiras. Respondo, aqui, a indagação do nobre Líder Ruy Santos.

ONDE SE PLANTA CANA

Alagoas possui realmente grandes áreas de tabuleiro para as quais está transferindo os seus canaviais, mas Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba também dispõem de terras planas que já vêm utilizando e podem utilizar.

São Paulo não planta cana em qualquer parte. Seus primeiros engenhos foram instalados em São Vicente, onde hoje nada mais existe. Planta-se a cana onde fôr mais econômico. Assim está fazendo Alagoas, assim farão os nordestinos, com o que, reduzindo-se os custos, pode ser dispensado o subsídio, que se compreende, seja em época de crise, seja como apoio a um período de transição, mas nunca para eternizar-se.

E, assim, teremos não apenas a redução dos custos da cana e, conseqüentemente, do açúcar, mas também a diversificação da produção, destinando-se as várzeas e encostas às lavouras de subsistência e à pecuária. **(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)**

QUADRO I: SUBSÍDIOS CONCEDIDOS AO AÇÚCAR NORDESTINO

Valôres em Cr\$ por sacco

Ano-Safra	Açúcar Cristal	Açúcar Demerara
1967/68	3,68	3,29
68/69	4,24	3,48
69/70	4,96	6,46
70/71	5,72	7,43

QUADRO II: SUBSÍDIOS CONCEDIDOS AO SISTEMA PRODUTOR DE AÇÚCAR DO NORDESTE

Valôres em Cr\$ por sacco

Ano-Safra	Açúcar Cristal	Açúcar Demerara
1967/68	3,13	2,81
68/69	3,27	2,86
69/70	3,81	3,43
70/71	4,39	3,94

As diferenças entre êstes valôres e os valôres constantes do Quadro anterior representam as parcelas dos subsídios totais destinados à receita tributária dos Estados produtores, conforme Quadro III, abaixo:

QUADRO III: PARCELAS DOS SUBSÍDIOS TOTAIS DESTINADOS À RECEITA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS PRODUTORES

Valôres em Cr\$ por sacco

Ano-Safra	Açúcar Cristal	Açúcar Demerara
1967/68	0,55	0,48
68/69	0,97	0,62
69/70	1,15	3,03
70/71	1,33	3,49

DISTRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS TOTAIS ENTRE OS SETORES PÚBLICO, AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO NORDESTE

Esta distribuição é uma função do rendimento industrial ou, o que é equivalente, do consumo de canas por sacco de açúcar produzido.

Os valôres abaixo foram calculados a partir dos preços da cana (Quadro 1.4, em anexo) e dos chamados rendimentos-base regionais, que correspondem aos seguintes consumos de cana por sacco de açúcar:

— Açúcar cristal	
Nordeste	666,7kg de cana por sacco
Centro-Sul	638,3kg de cana por sacco
— Açúcar Demerara	
Nordeste	616,7kg de cana por sacco
Centro-Sul	590,4kg de cana por sacco

QUADRO IV.1 — DISTRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS TOTAIS CONCEDIDOS AO AÇÚCAR CRISTAL (mercado interno)

Valôres em Cr\$ por sacco

Ano-Safra	Setor Público	Setor Agrícola	Setor Industrial	Subsídio Total
1967/68	0,55.0	2,72.2	0,40.8	3,68
68/69	0,97.0	3,26.4	0,00.6	4,24
69/70	1,15.0	3,61.9	0,19.1	4,96
70/71	1,33.0	4,16.2	0,22.8	5,72

**QUADRO IV.2 — DISTRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS TOTAIS
CONCEDIDOS AO AÇÚCAR DEMERARA
(mercado externo)**

Valores em Cr\$ por sacco

Ano-Safra	Setor Público	Setor Agrícola	Setor Industrial	Subsídio Total
1967/68	0,48.0	2,51.8	+ 0,29.2	3,29
68/69	0,62.0	3,01.9	— 0,15.9	3,48
69/70	3,03.0	3,34.8	+ 0,08.2	6,46
70/71	3,49.0	3,85.0	+ 0,09.0	7,43

**QUADRO V: SUBSÍDIOS CONCEDIDOS AO SETOR INDUSTRIAL
NO NORDESTE, POR TONELADA DE CANA MOÍDA**

Valores em Cr\$ por ton. de cana moída

Ano-Safra	Açúcar Cristal	Açúcar Demerara
1967/68	+ 0,22.9	+ 0,11.0
68/69	— 0,44.4	— 0,66.5
69/70	— 0,26.0	— 0,39.5
70/71	— 0,28.5	— 0,46.1

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

**Mello, Arnon de , 1911-
Nova política do açúcar**

PRAZO DE DEVOLUÇÃO

O prazo deferido para devolução de obras e outras publicações será de 15 dias, prorrogável por igual período.

Vencidos os prazos referidos neste artigo, o Diretor da Subsecretaria providenciará sobre a devolução das obras e outras publicações.

O consulente ficará obrigado a indenizar o Senado Federal pelo extravio de obra ou documento sob sua responsabilidade, no valor atualizado dos mesmos.

(Art. 646 da Resolução n.º 58/72)

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
BRASÍLIA - DF

Senado Federal



SEN00023685